

Avaliação da extensão dos processos de gestão de riscos em cooperativas de crédito do Estado de Santa Catarina**Evaluation of the extension of risk management processes in credit unions in the State of Santa Catarina**

Recebimento dos originais: 22/04/2018

Aceitação para publicação: 31/05/2018

Bruna Casagrande

Graduada em Ciências Contábeis (UCEFF)

Instituição: Unidade Central de Ensino Faculdades Faem

Endereço: Rua Lauro Muller, 538, Bairro Santa Maria CEP 89809-000

Email: brunacasagrande2@gmail.com

Josiane Brighenti

Mestre em Contabilidade (FURB)

Instituição: Unidade Central de Ensino Faculdades Faem (UCEFF)

Endereço: Rua Lauro Muller, 538, Bairro Santa Maria CEP 89809-000

Email: josianebrighenti@gmail.com

Citânia Aparecida Pilatti Bortoluzzi

Mestre em Administração (UNOESC)

Instituição: Unidade Central de Ensino Faculdades Faem (UCEFF)

Endereço: Rua Lauro Muller, 538, Bairro Santa Maria CEP 89809-000

Email: citania@uceff.edu.br

Tiago Francisco de Camargo

Mestre em Contabilidade e Administração (UNOCHAPECÓ)

Instituição: Unidade Central de Ensino Faculdades Faem (UCEFF)

Endereço: Rua Lauro Muller, 538, Bairro Santa Maria CEP 89809-000

Email: tiago.camargo@uceff.edu.br

RESUMO

Esta pesquisa teve por objetivo analisar os processos de gestão de riscos em cooperativas de crédito de Santa Catarina. No que se refere à metodologia, foi realizada pesquisa descritiva, através de procedimentos de Survey, o instrumento para coleta de dados foi o questionário avaliado por escala likert com base na utilização de artefatos de controle dos riscos sendo 1 (pouco utilizado) até 7 pontos (muito utilizado); Amostra corresponde à 46 cooperativas de crédito. Os tratamentos dos dados obtidos foram tabulados em planilhas do Excel e analisados quantitativamente por meio de estatística descritiva. Como principais resultados constatou-se que os riscos com maior incidência nas instituições pesquisadas é o risco operacional com média de 5,43 e o risco de crédito com 5,52. Quanto análise do ambiente interno, os instrumentos mais utilizados pelas agências com 5,67 de média, foi o das responsabilidades bem definidas e identificadas; no quesito Identificação dos riscos

na instituição a análise dos eventos externos e internos, foi avaliado em 5,87 pontos. Quanto as atividades de controle, a padronização de procedimentos evidenciou-se como mais útil para controle interno de riscos, com 5,74 de média. No que se refere ao monitoramento de riscos, o fator de avaliação e monitoramento das tarefas evidenciou uma média de utilização para amostra pesquisada de 5,02 pontos de 7. Diante dos resultados conclui-se que as instituições pesquisadas possuem bons níveis dos processos de gestão de riscos na média geral da amostra de $(5,00/7 = 71,42\%)$, e que tais processos estão alinhados ao que é preconizado por Coso (2004).

Palavras-chave: Riscos; Gestão de Riscos; Cooperativas de crédito.

ABSTRACT

This research aimed to analyze the risk management processes in credit cooperatives in Santa Catarina. As far as the methodology was concerned, a descriptive research was carried out using Survey procedures, the instrument for data collection was the questionnaire evaluated by likert scale based on the use of risk control artifacts, being 1 (little used) up to 7 points (heavily used); Sample corresponds to 46 credit unions. The data treatments were tabulated in Excel spreadsheets and analyzed quantitatively by means of descriptive statistics. As main results it was observed that the risks with the highest incidence in the institutions surveyed are the operational risk with an average of 5.43 and the credit risk with 5.52. Regarding the analysis of the internal environment, the instruments most used by the agencies with 5.67 average were those of well-defined and identified responsibilities; in the question Identifying the risks in the institution the analysis of external and internal events was evaluated in 5.87 points. Regarding control activities, the standardization of procedures was shown to be more useful for internal risk control, with a mean of 5.74. Regarding risk monitoring, the evaluation and monitoring of the tasks showed an average of 5.02 out of 7. The results show that the researched institutions have good levels of management processes $(5.00 / 7 = 71.42\%)$, and that such processes are in line with what is recommended by Coso (2004).

Keywords: Risks; Risk management; Credit unions.

1 INTRODUÇÃO

O risco é pertinente a qualquer atividade, mas não envolve somente perdas, o risco pode ser considerado como oportunidade. Nas finanças quanto maior for o nível de risco aceito, maior será o retorno esperado (ASSI, 2012). Neste sentido, Santos (2002) ressalta que para analistas os riscos que ameaçam as empresas, podem ser oportunidades de negócios.

A gestão de riscos tornou-se fundamental nas instituições financeiras. As instituições, por fazerem parte de um ambiente instável, se depararam com os riscos, como por exemplo: risco de crédito, operacional, de liquidez, mercado, entre outros. Obrigando as instituições a buscarem medidas para que se mitigue esses riscos, fazendo uma gestão eficaz e capacitando seus colaboradores (HASSAN AL-TAMIMI; MOHAMMED AL-MAZROOEI, 2007).

Ainda para Mathias (2012) a atividade bancária é um setor que envolve riscos e eles são inerentes às situações, junto a tomadas de decisões são inúmeros riscos que são enfrentados, riscos de negócio, financeiro, estratégico, operacional, entre outros.

Relata Rêgo (2014) que o risco pode ser criado por um evento inconstante específico. No contexto bancário pode ocorrer em qualquer situação em decisões de negócio ou operações que contenham incertezas, contribuindo para risco geral do banco, e os bancos tende a enfrentar diversos riscos que podem influenciar na sua rentabilidade.

De acordo com Pena (2013) a crise trouxe a necessidade de estar melhorando e corrigindo erros do passado em termos de gestão de riscos, assim é muito importante identificar os riscos existentes dentro da instituição, saber classificar, sendo também importante, informar todos os níveis hierárquicos dentro da organização.

Buscando maneiras de mitigar, diminuir os riscos que englobam todos os riscos que a instituição financeira identifica nas rotinas e nos processos diários, surgiu a questão problema do presente estudo: **Qual a extensão dos processos da gestão de riscos em cooperativa de crédito de Santa Catarina?** Diante da questão problema do estudo, surgiu o objetivo geral que é analisar a extensão os processos de gestão de riscos em cooperativas de crédito de Santa Catarina.

O setor cooperativista é de singular importância para a sociedade, na medida em que promove a aplicação de recursos privados e assume os correspondentes riscos em favor da própria comunidade onde se desenvolve. Por representar iniciativas dos próprios cidadãos, contribui de forma relevante para o desenvolvimento local sustentável, especialmente nos aspectos de formação de poupança e de financiamento de iniciativas empresariais que trazem benefícios evidentes em termos de geração de empregos e de distribuição de renda (SOARES; SOBRINHO, 2008).

O estudo justifica-se devido a relevância e participação que as cooperativas de crédito têm no sistema financeiro nacional, no entanto conforme a legislação que institui o Código Civil de 2002 - Lei 10406/2002 - e a Lei 5.764/71, definem cooperativa da seguinte forma: As cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica própria e, independentemente de seu objeto, são classificadas como sociedades simples, “não sujeitas à falência”, constituídas para prestar serviços aos associados (art. 4º da Lei 5.764/71), neste viés se reforça a relevância desta pesquisa como fonte de informações para os tomadores de decisões, assim como instiga a reflexão sobre a temática de análise de riscos e avaliações de controles internos, contribuindo positivamente para o desenvolvimento da ciências sociais aplicadas.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Na fundamentação teórica serão abordados os riscos pertinentes em instituições financeiras e a gestão de riscos.

2.1 RISCOS

Riscos de acordo com Capelletto (2006) é a probabilidade da não obtenção dos resultados esperados, ou seja, o retorno no valor investido. Também relata o autor que pode ser definido como a própria variância do retorno.

São diversos os riscos pertinentes dentro das instituições, dentre eles podemos citar o risco operacional, risco de crédito, legal, de liquidez, de mercado e estratégico. O risco operacional na visão de Jorion (1997) refere-se a perdas relacionadas a sistemas falhos e inadequados, má administração, falha humana, controles com defeitos, e também fraudes.

Elenca Silva (2000) que risco de crédito é a entrega de um bem ou de um valor mediante a uma promessa de pagamento da obrigação. Complementa Chaia (2003) que essa definição é válida em nível comercial e industrial, onde é figurado por um ativo físico e também para crédito bancário, onde o bem é figurado por recursos financeiros liberados.

Para Vale (2011) o risco legal pode ser considerado risco jurídico, pois ambos se prendem com as alterações da legislação que podem ocorrer no exercício da atividade, podendo agravar de tal forma o exercício da atividade que sua rentabilidade pode ser afetada impedindo que a instituição atinja os resultados esperados.

Na visão de Gonçalves *et al* (2014) o risco de liquidez é derivado da falta de disponibilidade financeira necessária para suprir o cumprimento das obrigações depositantes, bem como para realizar novos empréstimos a clientes ou associados que demandam recursos.

De acordo com Gonçalves e Braga (2008) o risco de mercado refere-se a instabilidade que o mercado causa as instituições. O risco de mercado decorre aos retornos esperados por um investimento levando em consideração a variação do mercado em relação a taxa de juros, taxas cambiais, valor de ações, entre outros.

Pode-se definir o risco estratégico como alterações no enquadramento político e econômico das instituições e está relacionado com mudanças no ambiente da empresa a longo prazo e pode afetar a busca de valor ou o valor criado pelas instituições para benefícios de seus sócios ou partes interessadas (RÊGO, 2014).

2.2 GESTÃO DE RISCOS

De acordo com Rêgo (2014) o gerenciamento de riscos é um tema bastante discutido e abordado na última década, pois é fruto de vários descasos e falência de instituições financeiras. Levando aos gerentes de instituições e reguladores a buscarem alternativas para se mitigar os riscos existentes nas instituições, por meio de exigências mais elevadas.

Para Mikes (2011) a gestão de riscos está em discussão há duas décadas e é marcada por alguns fracassos corporativos, relacionados, algumas vezes, por perdas pontuais, crises sistêmicas relativamente localizadas e crise financeira cada vez com escalas maiores e nunca vistas.

Speech (2008) elenca que para se ter uma boa gestão de riscos, os gestores devem seguir princípios importantes sobre identificação dos riscos adequados a medição, métodos de avaliação objetivos, preparação para rupturas de liquidez e supervisão condizente e crítica dos gestores seniores. Ainda para Speech (2008) seguindo esses princípios e com incentivos para uma boa gestão de riscos, as instituições tendem a estar mais preparadas para as dificuldades, tornando as instituições mais resistentes a choques e conseqüentemente, possibilitando um sistema financeiro mais precavido.

De acordo com Vale (2011) a gestão de riscos é cultural e é um pilar governamental e da sociedade, estando presente nos processos de gestão das empresas, considerada de responsabilidade de todos os colaboradores dentro de uma instituição e nos diferentes níveis hierárquicos.

Ainda segundo COSO (2004) para se ter uma gestão de riscos eficaz, é necessário que se possa conhecer todos os procedimentos dentro da instituição e dividir a gestão de riscos em etapas, como: ambiente interno, fixação de objetivos, identificação de eventos, avaliação de riscos, resposta ao risco, atividade de controle, informação e comunicação e monitoramento.

Quadro 1 - Componentes da metodologia COSO

Ambiente Interno	Compreende o tom de uma organização e fornece a base pela qual os riscos são identificados e abordados pelo seu pessoal, inclusive a filosofia de gerenciamento de riscos, o apetite a risco, a integridade e os valores éticos, além do ambiente que esses estão.
Fixação de Objetivos	Os objetivos devem existir antes que a administração possa identificar os eventos em potencial que poderão afetar a sua realização. O gerenciamento de riscos corporativos assegura que a administração disponha de um processo implementado para estabelecer os objetivos que propiciem suporte e estejam alinhados com a missão da organização e sejam compatíveis com o seu apetite a riscos.
Identificação de Eventos	Os eventos internos e externos que influenciam o cumprimento dos objetivos de uma organização devem ser identificados e classificados entre riscos e oportunidades. Essas oportunidades são canalizadas para os processos de estabelecimento de estratégias da administração ou de seus objetivo.
Avaliação de Riscos	Os riscos são analisados, considerando-se a sua probabilidade e o impacto como base para determinar o modo pelo qual deverão ser administrados. Esses riscos são avaliados quanto à sua condição de inerentes e residuais.
Resposta a Risco	A administração escolhe as respostas aos riscos - evitando, aceitando, reduzindo ou compartilhando - desenvolvendo uma série de medidas para alinhar os riscos com a tolerância e com o apetite.
Atividade de Controle	Políticas e procedimentos são estabelecidos e implementados para assegurar que as respostas aos riscos sejam executadas com eficácia.
Informações e Comunicações	As informações relevantes são identificadas, colhidas e comunicadas de forma e no prazo que permitam que cumpram suas responsabilidades. A comunicação eficaz também ocorre em um sentido mais amplo, fluindo em todos os níveis da organização.
Monitoramento	A integridade da gestão de riscos corporativos é monitorada e são feitas as modificações necessárias. O monitoramento é realizado através de atividades gerenciais contínuas ou avaliações independentes ou de ambas as formas.

O Quadro 1 retrata os componentes da metodologia de COSO (2004) a estrutura foi criada para contribuir com a gestão de riscos nas empresas e instituições financeiras, para que possam abordar de forma adequada os riscos a que estão expostas e possam efetuar o cumprimento de seus objetivos.

O estudo de Brighenti, Muller e Silva (2016) que foi uma pesquisa descritiva relacionada a gestão de riscos onde foi conduzida por aplicação de questionário, tendo como amostra 22 cooperativas de crédito de livre admissão e sendo supervisionadas pelo BACEN. A pesquisa obteve como resultado que os riscos com mais ocorrência que residem na maioria das cooperativas de crédito são o risco de crédito e o operacional, que são supervisionados pela convenção de Basileia. Já na gestão de riscos, as cooperativas se aproximam no que se refere aos processos de identificação de riscos, avaliação de riscos e processos de comunicação dos riscos, pois os mesmos não se

divergem entre si. Concluiu o estudo, que as cooperativas pesquisadas, buscam meios e utilizam métodos para o gerenciamento de seus riscos de uma forma bastante semelhante e expressiva, com o intuito na diminuição dos riscos.

3 METODOLOGIA

A pesquisa realizou-se quanto ao objetivo como descritiva; realizada através de *survey*, pelo instrumento de pesquisa questionário e com abordagem quantitativa para análise dos dados.

O nível de pesquisa utilizado para o estudo foi o descritivo que para Cervo e Bervian (1996) busca descobrir com precisão a frequência com que um fenômeno ocorre, sua relação e conexão com outros e suas características, desenvolve-se principalmente nas ciências humanas e sociais, trazendo os dados e problemas que merecem ser estudados e seu registro não consta em documentos.

Delineou-se o estudo por levantamento de *survey*, conceitua Gil (1999, p.70) que “As pesquisas deste tipo se caracterizam pela interpretação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer. Basicamente, procede-se à solicitação de informações a um grupo significativo de pessoas acerca do problema [...]”.

O instrumento para coleta de dados foi um questionário que Lakatos e Marconi (2009, p. 86), conceitua questionário como “um instrumento de coleta de dados constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito, e sem a presença do entrevistador”. O questionário foi elaborado com base no estudo de COSO (2004) e adaptado do estudo de Brighenti e Muller (2016). Foi encaminhado 120 e-mails para as cooperativas de crédito do estado de Santa Catarina, ativas e regidas pelo Banco Central do Brasil.

Segundo Roesch (1999, p.138), “a população pode ser definida como um grupo de pessoas que interessa entrevistar para o propósito específico de um estudo”. Nesta perspectiva, a população desta pesquisa é representada pelas cooperativas de crédito de Santa Catarina regidas pelo Banco Central do Brasil.

A amostra desta pesquisa classifica-se como não probabilística intencional e delimitou-se às Cooperativas de crédito do estado de Santa Catarina, regidas pelo Banco Central do Brasil, e que responderam o questionário, totalizando 46, ou seja, 38% da população correspondente. A amostra “é a representação menor de um todo maior, a fim de que o pesquisador possa analisar um dado universo (população)” (RAMPAZZO; CORRÊA, 2008, p. 87).

Entende-se que técnicas quantitativas são a avaliação e interpretação dos números coletados. E a qualitativa na forma de avaliar e entender através de categorias, codificação e interpretação dos dados (FIGUEIREDO, 2008). Os dados foram coletados via questionário no *google drive*. As respostas foram tabuladas em planilhas do Excel e analisadas de forma quantitativa por meio de estatística descritiva.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

O estudo foi pautado no cubo do COSO (2004), sendo que o mesmo, divide a gestão de riscos em 8 partes: Ambiente Interno, Fixação dos Objetivos, Identificação de Eventos, Avaliação de riscos, Resposta ao Risco, Atividade de controle, Comunicação e Monitoramento. A primeira análise corresponde aos riscos incidentes na instituição. Neste aspecto, foi questionado sobre os tipos de risco com maior ocorrência nas instituições, em uma escala *likert* que vai de 1 para Intensidade Desprezível, até 7 para Extremamente Intenso. Na Tabela 1 evidencia-se a estatística gerada.

Tabela 1 - Tipos de Risco

Estatística Descritiva					
Tipos de Risco	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
Risco de mercado	46	1	6	4,28	1,26
Risco de crédito	46	2	7	5,52	1,55
Risco operacional	46	2	7	5,43	1,53
Risco estratégico	46	1	7	4,02	1,18
Risco legal	46	1	6	3,65	1,25
Risco de liquidez	46	1	6	3,52	1,13

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Mediante Tabela 1, é possível observar que os riscos mais inerentes nas Cooperativas de crédito, são os Riscos de crédito com média de 5,52 pontos, seguido do operacional com 5,43 pontos.

O resultado obtido neste estudo vai ao encontro de estudos anteriores, a exemplo do estudo de Brighenti e Muller (2016) que foi realizado em cooperativas de crédito do sul do Brasil e constatou também que os riscos com maior ocorrência nas instituições são o operacional e o de crédito.

Contudo, o estudo de COSO (2004) relata que as instituições financeiras enfrentam uma série de riscos que afetam a instituição nas suas diversas áreas, e que, é dever da instituição gerir os riscos em individual e estudar e saber o impacto que cada um deles causa.

Os riscos são classificados do aparente até o obscuro, podendo ser classificado de zero a altamente expressivo, sendo que, para que não se tenha falhas na identificação, recomenda-se que sejam reconhecidos de forma independente, pois, por mais que a probabilidade de risco seja mínima, o mesmo não deve ser ignorado (COSO, 2004).

Portanto, analisando as respostas obtidas, conclui-se que o índice que apresentou menor média é o de Liquidez, significando que, no conjunto das instituições pesquisadas, é o que ocorre com menor intensidade. Um estudo realizado por Gonçalves e Braga (2008) em cooperativas de crédito do estado de Minas Gerais, obteve também um baixo nível no risco de Liquidez, sendo que, as mesmas alcançaram tal resultado pelo fato de que seguem as exigências e normativas do Banco Central.

A segunda análise corresponde ao Ambiente Interno. Foi questionado sobre como se considera o Ambiente Interno da instituição, em uma escala *likert* que vai de 1 para Discordo Totalmente, até 7 para Concordo Totalmente. Na Tabela 2 evidencia-se a estatística descritiva.

Tabela 2 - Ambiente Interno

Estatística Descritiva					
Ambiente interno	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
Conhecem os riscos pertinentes que a instituição está exposta	46	1	7	5,46	1,33
Conhecem o nível dos riscos que a instituição se dispõe a aceitar na busca de valor	46	1	7	5,37	1,25
Os valores éticos, de integridade são difundidos na organização	46	2	7	5,65	1,08
As responsabilidades do pessoal são bem definidas, identificadas e cobradas dos supervisores	46	2	7	5,67	1,28
As habilidades das tarefas designadas são fiscalizadas pelo setor da administração, onde definem o quão bem devem ser executadas.	46	3	7	5,35	1,10

Fonte: Dados da Pesquisa, 2017.

Com relação ao ambiente interno, é possível constatar na Tabela 2, que nas cooperativas analisadas, as responsabilidades pessoais são bem definidas, identificadas e cobradas dos supervisores tal fator, fez com que a média obtida fosse 5,67 pontos. Obtendo média muito próxima, de 5,65 pontos, os valores éticos, de integridade são difundidos na organização.

O estudo de COSO (2004) faz alguns apontamentos em que considera o ambiente interno como a base para o gerenciamento de riscos, pois ele oferece disciplina e estrutura. Ressalta o comitê, que o ambiente interno é muito influenciado pela história e cultura, assim compreende os valores éticos e de integridade. E que para se ter um ambiente interno eficaz é preciso atitude e interesse da alta administração, com objetivos claros e bem definidos.

Visto que, o ambiente interno varia muito de acordo com a história e cultura da organização e que todos os fatores são essenciais para um ambiente eficaz, foi obtida a menor média para: “as habilidades das tarefas designadas são fiscalizadas pelo setor da administração, onde definem o quão bem devem ser executadas”. Com uma média de 5,35 pontos, significa que as instituições estudadas, dentre as alternativas propostas a menos recorrente é a fiscalização e execução das tarefas. Wang e Hsu (2013) relatam que a administração e o conselho são indispensáveis para se ter um ambiente interno fortalecido, indo ao encontro com a pesquisa realizada em cooperativas de crédito de Santa Catarina.

A terceira análise corresponde a Fixação de Objetivos. Foi questionado sobre como se considera a Fixação de Objetivos da instituição, em uma escala *likert* que vai de 1 para Discordo Totalmente, até 7 para Concordo Totalmente. Na Tabela 3 evidencia-se a estatística descritiva.

Tabela 3- Fixação de Objetivos

Estatística Descritiva					
Fixação de objetivos	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
Os colaboradores, em todos os níveis, têm conhecimento dos objetivos do âmbito estratégico da instituição	46	2	7	5,20	1,33
A instituição tem conhecimento das variedades de riscos oriundos de fontes externas e internas	46	2	7	5,43	1,07
Utiliza-se a fixação de objetivos como pré-requisito à identificação eficaz dos eventos que ocasionam riscos.	46	2	7	4,89	1,35
Os objetivos são alinhados com o nível dos riscos, direcionando as tolerâncias a riscos para a instituição	46	2	7	5,35	1,29

Fonte: Dados da Pesquisa, 2017.

Conforme se verifica na Tabela 3, a maior média ficou em 5,43 pontos, no quesito que diz respeito a se a instituição tem conhecimento das variedades de riscos oriundos de fontes externas e internas.

O estudo de COSO (2004) relata ainda que para se ter uma administração eficaz, e para que se possa avaliar o apetite ao risco, é necessário alinhar os riscos pertinentes que a instituição está

exposta ao pessoal, processos e infraestrutura. Para que isso aconteça, é necessário que a instituição, em todos os níveis hierárquicos, tenha conhecimento dos fatores internos e externos de onde provém o risco.

A segunda maior média, 5,35 pontos, indica que nas instituições analisadas os objetivos são alinhados com o nível dos riscos, direcionando as tolerâncias a riscos para a instituição. Na sequência, com média de 5,20 pontos, constatou-se que os colaboradores, em todos os níveis, têm conhecimento dos objetivos do âmbito estratégico da instituição.

Neste sentido, o estudo de Mikes (2009) traz que a fixação de objetivos é a chave para fornecer segurança no funcionamento da instituição e para se ter o retorno esperado.

Em sequência da análise, observa-se que a menor média surge no quesito: “utilização de pré-requisito na fixação de objetivos para a identificação eficaz dos eventos que ocasionam riscos”, ficando com um valor 4,89 pontos. Isso quer dizer que, apesar da fixação de objetivos ser importante para o alcance dos resultados, as cooperativas estudadas, não têm como prioridade a fixação dos objetivos para identificação de riscos.

A análise seguinte corresponde à Identificação dos Riscos incidentes na instituição. Foi questionado sobre os Processos de Identificação de Risco com maior ocorrência nas instituições, em uma escala *likert* que vai de 1 para Nunca Utiliza até 7 para Sempre Utiliza. Na Tabela 4 evidencia-se a estatística descritiva.

Tabela 4 - Identificação de Riscos

Estatística Descritiva					
Identificação de riscos	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
A instituição possui processos formais para identificar os riscos em potencial.	46	2	7	5,57	1,00
A instituição considera uma variedade de fatores internos e externos que podem dar origem a riscos	46	2	7	5,83	1,12
A instituição considera examinar tanto eventos passados quanto potenciais eventos futuro para identificar riscos.	46	3	7	5,87	1,11

Fonte: Dados da Pesquisa, 2017.

No que se refere ao processo de identificação de riscos, observou-se na Tabela 4, que a maior média ficou em 5,87 pontos, isso significa que a instituição tem uma maior aceitação no processo que busca analisar eventos passados e futuros na identificação de riscos. Tal dado pode ser comparado com o estudo de Brighenti, Muller e Silva (2016) pois tais estudos se equivalem no que

diz respeito ao processo de identificação de riscos, pois o estudo dos autores obteve, também, uma maior nesse quesito.

Dentro desse contexto, de acordo com COSO (2004) os eventos não devem ser tratados de forma isolada, pois na ocorrência de um evento pode-se suscitar um outro risco, por isso é importante e necessário que a administração entenda o modo pelo qual se inter-relacionam os eventos. Ao agrupar os eventos similares, a administração terá facilidade na identificação de identificar oportunidades e risco.

Como é possível observar na Tabela 4, as instituições fazem o uso de todos os processos, pois obtiveram todas as médias acima de 5,5 pontos. O processo com menor índice de aplicação, de acordo com a pesquisa, é a utilização de processos formais para identificar os riscos em potenciais, obtendo 5,57 pontos. Ou seja, as instituições são cautelosas nos processos de identificação, e dentre as alternativas expostas, a resposta mais recorrente é a utilização de processos padrões e formais na identificação de riscos.

A análise a seguir corresponde aos Métodos de Identificação dos Riscos incidentes na instituição. Foi questionado sobre os Métodos de Identificação de Risco com maior ocorrência nas instituições, em uma escala *likert* que vai de 1 para Nunca Utiliza até 7 para Sempre Utiliza. Na Tabela 5 evidencia-se a estatística descritiva.

Tabela 5 - Métodos de Identificação de Riscos

Estatística Descritiva					
Métodos de Identificação de Riscos	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
Inspeção pelo gerente de risco da instituição	46	2	7	5,59	1,07
Auditoria ou inspeção física	46	3	7	5,57	1,31
Análise das Demonstrações Financeiras	46	2	7	5,50	1,30
Levantamento de Riscos	46	2	7	5,80	1,15
Análises de Processo	46	1	7	6,13	1,17
Análise de SWOT (forças, fraquezas, oportunidades, ameaças)	46	1	7	4,26	1,53
Inspeção por perito externo	46	1	7	4,22	1,62
Análise de Cenários	46	2	7	5,78	1,17

Fonte: Dados da Pesquisa, 2017.

Conforme Tabela 5, pode-se notar que todos os métodos são utilizados, alguns com maior frequência e outros com menor, sendo que o método que se destaca, ficou com uma média de 6,13

pontos, que é a análise de processos. Tal dado aponta que as cooperativas analisadas estão no caminho certo, visto que, de acordo com Gonçalves e Braga (2008) a análise de processos permite a identificação de fatores internos e externos que instiguem o risco, evitando assim, que os mesmos possam afetar os seus resultados.

Para o Autor Mikes (2009) os métodos de identificação de riscos são cruciais nas instituições, o autor retrata que a análise de cenários engloba também a análise de sensibilidade, controle de auto avaliação e revisões especiais de risco.

A pesquisa realizada, apontou também que o uso de Inspeção por Perito Externo, não é prioridade como Método de Identificação de Riscos, ou seja, as instituições o utilizam, mas não com uma alta frequência. O resultado obtido, vai de acordo com o estudo realizado por Brighenti, Muller e Silva (2016) que também obtiveram um menor índice na utilização de peritos externos, para Métodos de Identificação de Riscos.

A análise a seguir corresponde à Avaliação dos Riscos utilizados na instituição. Foi questionado sobre os Processos de Avaliação de Riscos, em uma escala *Likert* que vai de 1 para Nunca Utiliza até 7 para Sempre Utiliza. Na Tabela 6 evidencia-se os dados obtidos.

Tabela 6 - Avaliação de Riscos

Estatística Descritiva					
Avaliação de Riscos	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
A instituição avalia a probabilidade e o impacto de ocorrência de riscos.	46	2	7	5,91	1,17
Os riscos são avaliados por meio de métodos de análise quantitativa.	46	1	7	5,07	1,29
Os riscos são avaliados por meio de métodos de análise qualitativa (por exemplo, alto, moderado, baixo).	46	1	7	5,22	1,35
Ao avaliar riscos, a administração considera futuros eventos em potencial pertinentes à instituição e às suas atividades como tamanho da instituição, complexidade das operações e grau de regulamentação de suas atividades.	46	2	7	5,78	1,05
Ao avaliar riscos, a administração leva em consideração eventos previstos e imprevistos.	46	2	7	5,72	1,19
Ao avaliar os riscos a empresa faz comparação com Referências de Mercado (benchmarking)	46	2	7	5,24	1,10

Fonte: Dados da Pesquisa, 2017.

De acordo com a Tabela 6, os resultados da pesquisa apontaram que as instituições utilizam todos os processos para avaliação de riscos, com ênfase no fato de que elas avaliaram o quesito

“probabilidade e o impacto de ocorrência de riscos”, atribuindo ao mesmo, uma média alta, 5,91 pontos. Com média de 5,78 pontos ao avaliar riscos, a administração considera futuros eventos em potencial pertinentes à instituição e às suas atividades como: tamanho da instituição, complexidade das operações e grau de regulamentação de suas atividades.

Em termos de avaliação de riscos, pode-se dizer que esses dois últimos processos mencionados são os mais utilizados, de acordo com as instituições respondentes. Sendo que, a probabilidade e o impacto são duas perspectivas altamente avaliadas, pois, a probabilidade diz respeito a possibilidade de tal evento ocorrer, já o impacto está representado pelo efeito que irá gerar. Deve-se considerar eventos previstos e imprevistos, pois alguns já foram avaliados e abordados em programas de gestão, enquanto outros são imprevisíveis (COSO, 2004).

Já o processo de avaliação que as instituições menos utilizam é a avaliação dos riscos por meio de métodos de análise quantitativa, ficando com uma média de 5,07 pontos. Isso quer dizer que as instituições não priorizam o uso de modelos de técnicas quantificáveis para a avaliação dos riscos. Neste sentido, os resultados obtidos para Hussai e Al-Ajami (2012) nas instituições financeiras Islâmicas nos relatam que, a maioria dos riscos podem ser identificados, porem nem todos podem ser quantificáveis.

A análise sequente obedece à Respostas de Riscos que são utilizadas na instituição, sendo mensurada em uma escala *Likert* que vai de 1 para Nunca Utiliza até 7 para Sempre Utiliza. Na Tabela 7 evidencia-se a estatística descritiva.

Tabela 7 - Resposta ao Risco

Estatística Descritiva					
Resposta ao Risco	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
A instituição considera descontinuar uma atividade/produto que gere riscos.	46	2	7	5,11	1,42
Na instituição são adotadas medidas para reduzir a probabilidade ou o impacto dos riscos, ou, até mesmo, ambos.	46	2	7	6,11	1,02
Na instituição nenhuma medida é adotada para afetar a probabilidade ou o grau de impacto dos riscos.	46	1	7	3,07	2,06

Fonte: Dados da Pesquisa, 2017.

Por intermédio da Tabela 7 é possível identificar que as instituições pesquisadas adotam como resposta ao risco medidas para reduzir a probabilidade ou o impacto dos riscos, ou, até mesmo, ambos, ficando com média de 6,11 pontos neste item.

O estudo de Brighenti, Muller e Silva (2016) que analisou cooperativas de crédito do sul do Brasil, também obtiveram um maior índice de pontos na utilização de medidas para reduzir a probabilidade ou o impacto dos Riscos ou ambos.

Neste aspecto, o estudo de COSO (2004) traz que as respostas aos riscos estão interligadas com a tolerância a riscos que a instituição está afim de encarar. As respostas ao risco não devem estar limitadas a identificação do risco, deve abrir leque para as novas oportunidades que podem surgir para a organização.

A terceira afirmação da Tabela 7 traz que na instituição nenhuma medida é adotada para afetar a probabilidade ou o grau de impacto dos riscos, essa alternativa obteve média de 3,07 pontos, por ser uma média baixa, indica que as instituições adotam medidas para gerenciar o risco e evitar que impacte negativamente a organização.

A análise a seguir corresponde à Métodos de Resposta ao Risco que são utilizadas na instituição. Foi questionado sobre os Métodos de Respostas ao Risco que a instituição utiliza,

De acordo com os resultados é possível observar, que todas as médias deste artefato de gestão de riscos ficaram acima de 4,8 pontos, assim, pode-se concluir que todos os métodos são utilizados pelas instituições pesquisadas, alguns com maior utilização e outros com menor. O método de resposta ao risco, que apresentou maior aceitação para as instituições, obteve uma média de 5,87 pontos, isso quer dizer que, as cooperativas de crédito estudadas utilizam com maior ênfase investimentos em tecnologia como métodos de resposta ao risco.

Ainda considerando o resultado obtido na Tabela 06 pode-se concluir que para reduzir a probabilidade ou impacto dos riscos, ou até mesmo, ambos as instituições fazem investimentos em tecnologia, análise dos negócios, adquirem seguros, entre outras medidas, concluindo que as mesmas, se preocupam cada vez mais com os riscos pertinentes e as respostas dadas a eles.

Obtendo a menor média, de 4,83 pontos e indo ao encontro do estudo de Brighenti, Muller e Silva (2016) é possível verificar que as instituições pesquisadas não priorizam a utilização da terceirização de uma atividade como método de resposta ao risco.

A análise a seguir corresponde à Atividade de controle, que são utilizadas na instituição. Foi questionado sobre as Atividades de Controle que a instituição utiliza, em uma escala Likert que vai de 1 para Nunca Utiliza até 7 para Sempre Utiliza. Na Tabela 9 evidencia-se a estatística descritiva.

Tabela 8 - Atividades de Controle

Estatística Descritiva					
Atividades de controle	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
As políticas e padronização de procedimentos conseguem fazer com que a instituição tenha um controle melhor dos riscos	46	2	7	5,74	1,08
Os controles ocorrem em todos os níveis da instituição	46	2	7	5,87	1,20
Se tem controles nas atividades diárias como as aprovações, autorizações, verificação, da segurança e dos bens e da segregação de responsabilidades.	46	3	7	5,83	1,04

Fonte: Dados da Pesquisa, 2017.

A Tabela 9 retrata que são utilizadas todas as atividades de controle propostas no questionário, sendo que, as atividades de controle são políticas e procedimentos, que garantem que as respostas aos riscos sejam executadas, elas tratam as ações individualmente na implantação de políticas de gestão de riscos (COSO, 2004).

As instituições, como método de atividades de controle utilizam com maior intensidade, os controles em todos os níveis da instituição, sendo que esse quesito fez média de 5,87 pontos. Na sequência tem-se o controle nas atividades diárias como as aprovações, autorizações, verificação da segurança, dos bens e da segregação de responsabilidades com média 5,83 pontos, e utilização da padronização de procedimentos para se ter um maior e melhor controle dos riscos, com média de 5,74 pontos.

Isso é excelente, visto que, o comitê COSO (2004) elenca que os administradores impõem limites de controle, e que o mesmo não deve ser ultrapassados para que se tenha prevenção nas transações realizadas e um maior controle nas atividades desempenhadas pelos colaboradores.

A análise a seguir corresponde ao Processo de Comunicação dos Riscos, que são utilizados na instituição. Foi questionado sobre os processos de comunicação dos riscos que a instituição utiliza, em uma escala *Likert* que vai de 1 para Nunca Utiliza até 7 para Sempre Utiliza. Na Tabela 10 evidencia-se a estatística descritiva.

Tabela 9 - Comunicação dos Riscos

Estatística Descritiva					
Comunicação dos Riscos	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
Os funcionários são instruídos sobre seus deveres e obrigações na instituição.	46	3	7	5,98	0,95
Todos os empregados recebem uma mensagem clara da alta administração sobre a importância do gerenciamento de riscos corporativos.	46	1	7	5,63	1,39
A comunicação dos riscos e políticas de risco flui em todos os níveis e setores da instituição.	46	2	7	5,63	1,04

Fonte: Dados da Pesquisa, 2017.

Em tal tabela é possível perceber que a maior média ficou em 5,98 pontos, sendo que os funcionários são instruídos sobre seus deveres e obrigações na instituição, ou seja, significa que esse processo é o mais utilizado na comunicação dos riscos pelas instituições analisadas.

Essa resposta vai ao encontro com o estudo de Brighenti, Muller e Silva (2016) que obtiveram, na pesquisa em cooperativas de crédito, uma maior aceitação, no que diz respeito da comunicação dos riscos, no tópico de instrução de deveres e obrigações na instituição.

Ainda analisando a Tabela 10, é possível notar que todas as médias ficaram próximas, ou seja, as instituições são precavidas no que diz respeito a comunicação dos riscos. Dentro desse contexto, de acordo com COSO (2004) a comunicação se torna eficaz a partir do momento que atinge todos os níveis dentro da instituição.

A análise a seguir corresponde aos Métodos de Comunicação dos Riscos, que são utilizados na instituição. Foi questionado sobre os processos de comunicação dos riscos que a instituição utiliza, em uma escala *Likert* que vai de 1 para Nunca Utiliza até 7 para Sempre Utiliza. Na Tabela 11 evidencia-se a estatística descritiva.

Tabela 10 - Métodos de Comunicação dos Riscos

Estatística Descritiva					
Métodos de Comunicação dos Riscos	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
Manuais de políticas	46	2	7	5,87	1,11
Memorandos	46	1	7	5,52	1,55
Mensagens de correio eletrônico	46	1	7	5,00	1,62
Notificações em quadros de avisos	46	1	7	3,98	1,86
Mensagens pela Internet	46	1	7	4,39	1,63
Mensagens gravadas em vídeo	46	1	6	2,93	1,68
Reuniões	46	2	7	6,13	1,19

Fonte: Dados da Pesquisa, 2017.

Nota-se, na Tabela 11, que o método de comunicação dos riscos mais utilizado pelas instituições pesquisadas são as reuniões, ficando com uma média de 6,13 pontos, em sequência, vem os manuais de políticas, ficando com uma média de 5,87 pontos. O estudo de Brighenti, Muller e Silva (2016) obtiveram os mesmos resultados, pois as instituições analisadas, tem uma maior utilização de tais procedimentos métodos de comunicação dos riscos.

Já a menor média foi 2,93 pontos, no que tange o uso de mensagens gravadas em vídeo, ou seja, o uso desse método de comunicação de riscos não é muito utilizado pelas instituições. Outro método que apresentou uma média baixa, foi notificações em quadros de aviso, ficando com uma média de 3,98 pontos.

A análise a seguir corresponde ao Monitoramento dos Riscos, que são utilizados na instituição. Foi questionado sobre o Monitoramento dos riscos que a instituição utiliza, em uma escala *Likert* que vai de 1 para Nunca Utiliza até 7 para Sempre Utiliza. Na Tabela 12 evidencia-se a estatística descritiva com uma série de quesitos a serem avaliados.

Tabela 11 - Monitoramento dos Riscos

Estatística Descritiva

Monitoramento	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
Na instituição, avaliam a presença e o funcionamento de seus componentes ao longo do tempo.	46	2	7	5,70	1,07
Existe o monitoramento e avaliações das tarefas monótonas	46	1	7	5,02	1,61
O monitoramento contínuo acontece no decurso normal das atividades de administração	46	1	7	5,35	1,20
Os procedimentos contínuos de monitoramento são eficazes	46	1	7	5,46	1,13
As deficiências do gerenciamento são comunicada aos níveis superiores da instituição	46	1	7	5,59	1,54

Fonte: Dados da Pesquisa, 2017.

Conforme retrata a Tabela 12, todas as médias ficaram elevadas, isso quer dizer que as instituições pesquisadas não ignoram as técnicas de monitoramento citadas na pesquisa. A maior média ficou em 5,70 pontos, onde a técnica mais utilizada, ou de maior aceitação pelas instituições é a de avaliar a presença e o funcionamento de seus componentes ao longo do tempo.

Na sequência, observando que todas as médias ficaram altas, podemos concluir que dentre as alternativas do estudo, a menos recorrente ficou com média de 5,02 pontos, significando que nas instituições existe o monitoramento das atividades monótonas, porém não é o método com maior cobrança da supervisão e da administração.

Vários motivos levam as instituições a darem importância no monitoramento dos riscos, pois ele está interligado com respostas aos riscos, as atividades de controles e aos objetivos, visto que, se estes não suprem as necessidades, ou sofrem alguma intervenção por eventos imprevistos, o monitoramento pode ser uma forma de prevenir qualquer impacto no resultado da instituição (COSO, 2017).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A gestão de riscos nas instituições financeiras é um importante instrumento para que as mesmas adquiram credibilidade e sustento no mercado. Neste aspecto, o tema da pesquisa se desenvolveu pela ascensão que as cooperativas de crédito apresentam no sistema financeiro nacional, bem como, pelo impacto que causariam caso não tivessem controle ou tentassem reduzir os riscos pertinentes, visto que a falta de controles poderia levar as instituições a falência. Dentro

desse contexto, o objetivo da pesquisa é analisar os processos de gestão de riscos em cooperativas de crédito de Santa Catarina.

Quanto a identificação dos riscos do o ambiente interno e a fixação de objetivos relacionados aos riscos das cooperativas de crédito de Santa Catarina conforme as tabelas 1, 2 e 3, constatou-se que os riscos com maior incidência nas instituições pesquisadas são os riscos operacionais com média de (5,43 de 7 pontos da escala *likert*) e o risco de crédito (5,52 de 7). Sobre o ambiente interno o fator referente a ter as responsabilidades do pessoal bem definidas, identificadas e cobradas pela supervisão, valores éticos e de integridade são difinidos representou (5,67 de 7 pontos avaliados), como também, os colaboradores possuem conhecimento dos riscos pertinentes que a instituição está exposta. Os funcionários apresentam conhecimento dos riscos oriundos de fontes internas e externas e tem objetivos alinhados com os níveis de riscos sendo que este fator apresentou um desempenho médio de (5,43 pontos na escala *likert* de 7) direcionando as tolerâncias aos riscos para as instituições, bem como, os colaboradores têm conhecimento dos objetivos no âmbito estratégico da instituição.

No que se refere a verificação de como ocorre a identificação em conformidade com a tabela 4, avaliação e resposta aos riscos nas cooperativas de crédito analisadas, evidenciou-se que para a verificar os riscos as instituições utilizam métodos como a análise de eventos passados e futuros com (5,87 pontos avaliados de 7), como forma de precaver a incidência de riscos, também consideram uma variedade de fatores internos e externos que podem ser oriundos aos riscos, bem como, buscam formalizar processos. No que diz respeito a avaliação de riscos de acordo com a tabela 6, as respostas se complementaram com a identificação, pois as instituições avaliam a probabilidade e o impacto da ocorrência de riscos com (5,91 pontos de 7), utilizando como método, eventos previstos e imprevistos, também utilizam eventos futuros, tamanho da instituição, complexidade das operações, entre outros. Nas respostas aos riscos conforme tabela 7, é possível verificar que as instituições buscam adotar medidas para reduzir a probabilidade e o impacto dos riscos, representando (6,11 pontos de 7) e possuem como alternativa a descontinuação de um produto que possa causar riscos para a instituição.

Já quanto avaliação das atividades de controle, de comunicação e de monitoramento dos riscos nas cooperativas de crédito estudadas conforme as tabelas 9, 10 e 12. Nesse sentido verificou-se que as instituições apresentam controle nas atividades rotineiras da instituição, como autorizações, aprovações, dentre outros. De acordo com a pesquisa, o fator de avaliação de que os controles ocorrem em todos os níveis evidenciou média de (5,83) de uso desta pratica de controle entre amostra pesquisada, como também, existem políticas de padronização de procedimento para

se mitigar os riscos. Quanto a comunicação dos riscos, de acordo com a tabela 11 todos os níveis recebem mensagem da administração sobre a importância do gerenciamento dos mesmos por intermédio da instrução dos funcionários sobre seus deveres e obrigações da instituição e da política de riscos que flui em todos os níveis das instituições. No monitoramento dos riscos é avaliada a presença e o funcionamento dos componentes ao longo do tempo, sendo que, as deficiências no gerenciamento são expostas aos níveis superiores.

Diante dos resultados entende-se que o objetivo geral foi atingido e responde plenamente a questão problema, que buscava avaliar a extensão dos processos de gestão de riscos de cooperativas de créditos de Santa Catarina. Conclui-se então, que as instituições pesquisadas possuem bons níveis dos processos de gestão de riscos na média geral da amostra de $(5,00/7 = 71,42\%)$, e que tais processos estão alinhados ao que é preconizado pelo COSO (2004), visto que utilizam os componentes para a gestão de riscos. Percebe-se também que as instituições se assemelham no processo de gestão de riscos, pois ambas buscam meios e utilizam-se de métodos para gerenciar seus riscos.

Os resultados desse estudo despertam interesse para futuras pesquisas, podendo, além de usar outro método para avaliação da gestão de riscos, como da Basiléia, ter continuidade em bancos e fazer a comparação entre os dois estudos.

REFERÊNCIAS

- ASSI, M. **Gestão de riscos com controles internos**. 1.Ed. São Paulo: Saint paul, 2007.
- BERNANKE, B. Crise Mostrou Falhas em Gestão de Risco. **G1**, São Paulo. 07 maio, 2009.
- BRIGHENTI, J.; MULLER, S. H.; SILVA, M. Z.; Processos de Gestão de Riscos: Uma Análise de Cooperativas de Crédito de Livre Admissão. In: Congresso de Gestão e Controladoria da Unochapecó – COGECONT, 1, 2016, Chapecó, SC. Anais (on-line). Disponível em: <<https://www.unochapeco.edu.br/static/data/portal/galerias/arquivos/2612/1019.pdf>>
- CAPELLETTO, R.; CORRAR, L. J. L. Índices de risco sistêmico para o setor bancário. Revista Contabilidade & Finanças – USP, 2008.
- CERVO, A. L; BERVIAN, P. A. **Metodologia Científica**. 4. Ed. São Paulo: Makron Books, 1996.

CHAIA, A. J. Modelos de gestão do risco de crédito e sua aplicabilidade ao mercado brasileiro. **Dissertação**. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. Universidade de São Paulo, 2003.

COMMITTEE OF SPONSORING ORGANIZATIONS OF THE TREADWAY COMMISSION – COSO. **Enterprise Risk Management** – Integrated Framework: Executive Summary. 2004.

FIGUEIREDO, Anelice M. Banhara, *et al.* **Caderno Metodológico**. 2ª. ed. Xaxim: Celer Faculdades, 2008.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5ª. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GONÇALVES, R. M. L.; BORGES, C. R.; MOREIRA, N. P.; MENEZES, R. S. S.; MATOS, D. A. Livre admissão e risco de crédito em uma cooperativa do Alto Paranaíba. **RACE: Revista de Administração, Contabilidade e Economia**, v. 13, n. 1, p. 277-304, 2014.

GONÇALVES, R. M. L.; BRAGA, M. J. Determinantes de Risco de Liquidez em Cooperativas de Crédito: uma Abordagem a partir do Modelo Logit Multinomial. **RAC - Revista de Administração Contemporânea**, v. 12, n. 4, p. 1019-1041, Out./Dez. 2008.

HASSAN AL-TAMIMI, Hussein A.; MOHAMMED AL-MAZROOEI, Faris. Banks' risk management: a comparison study of UAE national and foreign banks. **The Journal of Risk Finance**, v. 8, n. 4, p. 394-409, 2007.

HUSSAIN, Hameeda, Abu; AL-AJMI, Jasim. Risk management practices of conventional and Islamic banks in Bahrain. **The Journal of Risk Finance**, v. 13, n. 3, p. 215-239, 2012.

JORION, P. **Value at risk: the new benchmark for controlling market risk**. New York: McGraw-Hill, 1997.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto relatório, publicações e trabalhos científicos**. 4ª. ed. São Paulo: Atlas, 1992.

MATIAS, F. J. F. Impacto da gestão de riscos nas instituições financeiras. O caso da banca portuguesa. **Dissertação**. Mestrado em contabilidade e finanças. Instituto politécnico de Setúbal, Escola Superior de Ciências Empresariais. Setúbal, 2012.

MIKES, A. Risk management and calculative cultures. **Management Accounting Research**. v. 20 n. 1, p. 18-40, Mar 2009.

_____. From counting risk to making risk count: Boundary-work in risk management. **Accounting, Organizations and Society**. v. 36, p. 226–245, 2011.

PENA, M. F. O Papel da Gestão de Risco por parte das Instituições Bancárias e Financeiras na Crise Financeira de 2007 – 2009. **Dissertação**. Mestrado em Economia Monetária e Financeira. Instituto Universitário de Lisboa, Departamento de Economia Política. Lisboa, Portugal, 2013.

RAMPAZZO, S. E.; CORRÊA, F. Z. M. **Desmitificando a metodologia científica: guia prático de produção de trabalhos acadêmicos**. Erechim, RS: Habilis, 2008.

RÊGO, P. H. F. A Gestão do Riscos em Instituições Bancárias: Uma análise com Recurso a Medidas de Avaliação da *Performance* Ajustadas ao Risco. **Dissertação**. Mestrado em Auditoria. Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto. Instituto Politécnico do Porto. Porto, Portugal, 2014.

ROESCH, S. M. A. **Projeto de estágio e de pesquisa em administração: guia para estagiários, trabalhos de conclusão, dissertações e estudos de caso**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SANTOS, E. O. **Administração financeira da pequena e média empresa**. São Paulo: Atlas, 2001.

SILVA, J.P da. **Gestão e Análise de Risco de Crédito**. São Paulo: Atlas, 2000.

SOARES, M.M.; SOBRINHO, A.D.M. **O papel do banco central e a importância do cooperativismo de crédito**. 2 Ed. Rev. BCB: Brasília, 2008.

TRAPP, A. C. G; CORRAR, L. J.. Avaliação e gerenciamento do risco operacional no Brasil: análise de caso de uma instituição financeira de grande porte. **Rev. contab. finanç.** São Paulo , v. 16, n. 37, p. 24-36, Apr. 2005.

VALE, C. A. M. P. Gestão de Riscos. Caso da Sonae Indústria. **Dissertação**. Mestrado em auditoria. Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto. Instituto Politécnico do Porto. Porto, Portugal, 2011.

WANG, T.; HSU, C. Board composition and operational risk events of financial institutions. **Journal of Banking & Finance**, v. 37, p. 2042–2051, 2013.